

AS LIÇÕES DOS GRUPOS ESCOLARES: UM ESTUDO SOBRE A INCORPORAÇÃO DO MÉTODO DE ENSINO INTUITIVO NA CULTURA ESCOLAR DOS PRIMEIROS GRUPOS ESCOLARES FLORIANOPOLITANOS (1911-1935)

Denise de Paulo M.Prochnow
Gladys Mary Teive Auras (Orientadora)
Universidade do Estado de Santa Catarina
Eixo-temático:Cultura e práticas escolares

O projeto de reforma da instrução pública brasileira na Primeira República vinculava-se ao projeto de educação e civilização das camadas populares, bem como à nacionalização das massas de imigrantes. Pretendia-se, através da reorganização do ensino, educar e instruir as crianças, e através delas, toda a família, numa proposta nacionalista, científica, moral e médico-higienista, considerada importante para a regeneração nacional e, conseqüentemente, para a ordem e o progresso, principais bandeiras do positivismo que inspirou os educadores da Primeira República no Brasil. Nesta perspectiva, diversas leis e decretos foram implementados, estabelecendo a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino, a fim de assegurar a instrução do povo.

Com a sua reforma da instrução pública de 1891, o Estado de São Paulo mostrara a toda a nação o caminho para esse *desideratum* – para usar um termo bastante utilizado na época –, e emprestara seus professores para espargir por todo o país o fermento simbólico da modernização do ensino: o método intuitivo ou lições de coisas, considerado o “método de ensino popular”, o qual, dizia-se, vinha em toda a parte transformando o destino das sociedades.

Popularizado pelas lições de coisas – lições pelas coisas, pelos olhos, pelos ouvidos, pelo tato, pelo cheiro e pelo gosto-, este método constituía-se no carro-chefe do modelo de escolarização em massa que vinha sendo implementado nos Estados Unidos e nos principais países da Europa. Santa Catarina, tal como pudemos constatar nos documentos analisados, foi o primeiro Estado da federação a aproveitar-se da experiência inovadora paulista no campo da educação escolar, e Orestes Guimarães - contratado em 1910 para modernizar a instrução pública catarinense -, o primeiro professor paulistano que saiu como um bandeirante “a semear

o novo método”, que garantiria a mudança radical da cultura escolar primária catarinense. O “semeador do novo”, como era chamado, encontrou nos anos 1910 um Estado e, muito particularmente, uma capital cuja elite esforçava-se para modernizar-se, civilizar-se segundo o modelo burguês e, por essa razão, recebeu do governo do Estado todos os poderes para modernizar o arcaico sistema de ensino catarinense, de modo a extinguir “velhos hábitos coloniais” e assim colocar Santa Catarina na rota da civilização e do progresso.

Ele utilizou-se desse poder com singular competência implantando uma nova forma de escolarização - o grupo escolar - instituição que recebeu dos republicanos históricos a incumbência de formar o cidadão patriota, higiênico, prático, útil à pátria - o “cidadão racional”, na época entendido como aquele que respeita as leis, ama a pátria e confia no progresso social e científico.

Esta nova forma escolar seguia os pressupostos do novo método de ensino, o qual prometia civilizar através da alfabetização, da educação moral e cívica e do acesso a conhecimentos científicos básicos, enfim, nacionalizar, higienizar, ajustar o povo aos novos valores e aos novos costumes da sociedade capitalista. Como este novo método de ensino foi transformado em cultura escolar, ou seja, como ele foi “escolarizado” nos primeiros grupos escolares catarinenses, constitui-se na problemática central desta pesquisa.

Trata-se, pois, de um estudo na área da cultura escolar, aqui entendida nas perspectivas de Dominique Julia e de Antonio Viñao Frago. Cultura escolar é, então, compreendida nesta pesquisa como o conjunto de normas que estabelecem os saberes a serem ensinados e as condutas a serem inculcadas, bem como um conjunto de práticas que deverão possibilitar a transmissão desses saberes e a incorporação desses comportamentos tendo em vista a produção de identidades e subjetividades específicas, tal como adverte Julia (2001, p.10) e também como o “conjunto de idéias , princípios, critérios, normas e práticas sedimentadas ao longo do tempo das instituições educativas. O que significa dizer que no interior da escola são produzidos modos de pensar e de atuar que proporcionam a todos os sujeitos envolvidos nas práticas escolares estratégias e pautas para desenvolver tanto nas aulas como fora delas, condutas, modos de vida e de pensar, materialidade física, hábitos e ritos”. (Viñao Frago, 1995,p .68-69).

Nesse sentido, a instituição escolar pode ser vista como fator fundamental de determinados consensos culturais, na medida também que pode ser vista como expressão e

produção de bens simbólicos. Os republicanos brasileiros do início do século XX tinham crença nisto. Como representante deste grupo, Orestes Guimarães, o reformador da instrução pública catarinense, costumava dizer que “não basta ao Estado fundar e multiplicar escolas, não basta proclamar a instrução obrigatória. A questão fundamental está em estabelecer o conteúdo, a natureza, o grau de instrução (...) tudo o mais são palavras vãs” (Guimarães, 1919, p.12). Como diria Bourdieu (1999, p.214) a escola “não fornece apenas indicações, mas também define itinerários”, ou seja, a escola fornece um método, um programa de pensamento capaz de assegurar a produção de sentidos e de formas de inteligibilidade específicas.

Como se pode observar, Orestes Guimarães propunha uma intervenção explícita na gestão, na natureza e na qualidade dos bens simbólicos próprios da cultura escolar. Esta evidência indica um dos caminhos pelos quais uma determinada cultura escolar, e não outra, torna-se legítima a partir de determinado contexto histórico.

Por essa razão, neste estudo, são privilegiadas além das fontes documentais referentes aos grupos escolares florianopolitanos no período de 1911 a 1935, tal como leis, decretos, regulamentos, jornais, programas de ensino, livros didáticos, cadernos escolares, manuais escolares, materiais didáticos, etc., os depoimentos de ex-professores/as, ex-diretores/as e ex-alunos/as.

AS LIÇÕES DOS GRUPOS ESCOLARES FLORIANOPOLITANOS: ALGUMAS PISTAS

Construídos segundo os modernos preceitos médico-higienistas, o Grupo Escolar Lauro Muller e o Grupo Escolar Silveira de Souza foram inaugurados com pompa e circunstância nos anos 1912 e 1913, respectivamente. Ambos foram aquinhoados com amplas e luminosas salas de aula, mobiliário importado, carteiras duplas, laboratório de física e química, museu escolar, quadros parietais e materiais didáticos considerados indispensáveis à prática do novo método.

De acordo com o primeiro regimento, datado de 1914, nos grupos escolares catarinenses as crianças seriam divididas em classes conforme a faixa etária, o sexo e o nível de

desenvolvimento mental, a alfabetização deveria ser realizada segundo o método analítico ou da palavração, as disciplinas escolares deveriam ter caráter educativo e instrutivo e os conteúdos deveriam ser selecionados segundo o princípio da utilidade e postos em prática através das lições de coisas, deveriam ser incluídas aulas de ginástica e de higiene, excursões pedagógicas, festas cívicas e, ao invés da prática da memorização e do verbalismo, defendia-se a necessidade imperiosa da compreensão pela criança, tal como ditava a pedagogia moderna.

Para isso, o/a professor/a precisaria levá-la a observar, experimentar, de modo a construir as suas próprias noções acerca das coisas. E o caminho para operacionalização dessa nova cultura escolar passava, obrigatoriamente, pelo novo método de ensino, fundado numa nova forma de conceber o conhecimento, a qual preconizava que a origem do conhecimento são os sentidos humanos. A educação escolar deveria seguir as indicações da natureza, ou seja, as crianças deveriam ser educadas tal como a natureza educou o gênero humano: intuitivamente, empiricamente, repetindo em suas vidas os estágios de desenvolvimento de toda a humanidade. Seria, pois, preciso, dizer-lhe o menos possível obrigando-lhe a descobrir o mais que fosse possível através do contato direto da mente da criança com a natureza, com o objeto, com as coisas: lições de coisas.

Nesta perspectiva, o ensino até então centrado nos livros e na palavra do mestre, deveria ceder lugar ao estudo das coisas e dos objetos e somente quando tivesse sido esgotado o contato com os objetos à sua volta é que a criança deveria ser apresentada ao livro, de modo a buscar nele novas fontes de informação.

Esta nova concepção de aprendizagem deveria inaugurar uma nova cultura escolar na escola pública catarinense: para além da palavra do mestre e do compêndio, a imposição da pedagogia dos sentidos, da manipulação das coisas e dos objetos. As salas de aula dos grupos deveriam ser invadidas por toda a sorte de materiais escolares: gravuras, quadro negro, mapas, coleções de insetos, globo terrestre, abecedários de madeira, esqueletos humanos, imagens de homens ilustres, quadros intuitivos para o ensino das ciências naturais, história e geografia, Quadros Parker para o aprendizado da aritmética, etc., os quais deveriam ser transformados em instrumentos de trabalho do/a mestre/a e em facilitadores da aprendizagem dos/as alunos/as.

Contudo, nos depoimentos de ex-alunos/as e de ex-professores/as constatou-se a escassez desses materiais no dia a dia dos grupos escolares pesquisados, o que certamente dificultava a prática do ensino intuitivo, ancorada na “pedagogia do olhar”, do ver, observar:

intueri, intuitus. De acordo com Maria dos Passos de Oliveira (2004, p.16), uma ex-professora do Grupo Escolar Silveira de Souza, havia nos anos 1920, apenas uma coleção de quadros para o ensino intuitivo de geografia e de história e apenas uma coleção dos Quadros ou Mapas Parker, considerados por Orestes Guimarães como o mais moderno processo de cálculo mental, uma vez que, seguindo os princípios intuitivos, ensinava exclusivamente por meio de combinações e de aplicações concretas.

O mesmo acontecia com o laboratório, instalado em ambos os grupos com o objetivo de que o ensino de física, química e história natural fosse realmente intuitivo, vivo. Segundo um ex-professor, devido a falta de materiais, as aulas práticas se tornavam fatigantes e, talvez, por esta razão, segundo uma ex-aluna, as idas ao laboratório fossem bastante raras.

Também era bastante raro, de acordo com os depoimentos dos ex-alunos e alunas, a prática dos exercícios ginásticos nos dois grupos escolares. Incluída no primeiro programa dos grupos escolares catarinenses - consubstanciado Decreto nº796, de 2 de maio de 1914 - como disciplina do “eixo educativo”, haja vista a sua importância disciplinadora, moralizadora e higienizadora, a ginástica estava, na prática, relacionada ao treino da marcha, para as festividades do 7 de setembro e aos ensaios para apresentações aos pais e ao público em geral em datas especiais, como as solenidades de final de ano. Afora esses momentos parece não ter sido incorporada a cultura escolar dos primeiros grupos, apesar de fazer parte do horário escolar, como pode ser constatado no “Plano de estudo do ensino primário e normal de Santa Catarina,” Decreto nº2.186, de 21 de julho de 1928.

Em contrapartida, o culto à pátria e seus desdobramentos - culto à bandeira, ao hino e aos heróis nacionais - ganharam destaque no currículo escolar dos grupos, assim como as datas cívicas, que após a Proclamação da República passaram a fazer parte do calendário da escola pública ao lado das datas da religião católica, tal como o dia de Finados. As datas de 7 de setembro e 15 de novembro, independência e proclamação da República, respectivamente, eram a apoteose.

Os preparativos para o dia da independência começavam muito cedo, os grupos escolares e as escolas particulares competiam entre si para emocionar a população que se aglutinava em torno da Praça XV de novembro para assistir ao desfile, um dos maiores eventos da cidade. Especificamente no que se refere à emoção, os cantos e hinos de louvor à pátria e ao trabalho eram considerados imbatíveis, razão pela qual foi incluída a disciplina de música no currículo

dos grupos escolares e segundo os depoimentos de ex-professores e ex-diretores era efetivamente posta em prática. Orestes Guimarães considerava a música além de um meio educativo por excelência, um eficiente meio disciplinar e de descanso para os alunos.

Também a disciplina de higiene parece ter sido incorporada com força no currículo e na cultura escolar dos grupos escolares da capital entre os anos 1911 e 1935. Consideradas por Orestes Guimarães como um dos pré-requisitos para que a escola primária cumprisse a sua função de higienizar/educar/moralizar, as questões relacionadas a higiene e também a educação moral e cívica, fortemente presentes nos depoimentos dos entrevistados, como pode ser constatado no depoimento de Maria da Glória de Oliveira (2001, p.8), ex-professora do Grupo Escolar Silveira de Souza:

Além da higiene, tínhamos que dar uma educação cívica, entrava no currículo também. As crianças eram obrigadas no quarto ano a saber totalmente o hino nacional; no terceiro, o hino do Estado. Não falhava não. Até nas provas mensais eles tinham que escrever a primeira estrofe do hino tal e hino tal, como prova mensal (...) Todo sábado tinha homenagem à bandeira, cantavam o hino nacional, cada classe tinha um dia, um sábado para saudar a bandeira. Quanto tinha sete de setembro os pequenos não, mas os outros levavam uma fitinha verde-amarela no peito. Aí tinha homenagem à bandeira na semana da pátria todo dia. Período da manhã e no da tarde.

Era assim que, modelada pelos pressupostos do discurso médico-higienista e pela pedagogia cívica, as professoras dos grupos escolares atuavam sobre os corpos e as mentes das crianças, especialmente as mais pobres, modificando os hábitos e as maneiras culturalmente aprendidas, impondo condutas e práticas corporais autorizadas pelas novas normas de civilidade, as quais deveriam concorrer para formar/reformar física e moralmente o cidadão, higienizando-o, urbanizando-o, civilizando-o, enfim.

Nesse sentido, o dia de sábado, escolhido como culminância das práticas escolares desenvolvidas ao longo da semana, é altamente emblemático: nesse dia eram ritualizadas as lições de higiene e de civismo – dois dos principais eixos do projeto educacional republicano, os quais se interpenetravam na tentativa de tornar “nacional” o corpo e a mente das crianças, comprovando a tese do médico Fernando Magalhães de que “uma lição

de higiene é sempre uma lição de civismo”. (AURAS, 2005, p.81) Com efeito, aos sábados, era reificada a idéia e a imagem de nacionalidade, da ordem e de progresso. Tratava-se, pois, de lições de coisas, no sentido pestalozziano: lição pelos olhos, pelo tato, pelo ouvido.

Também as excursões escolares, incorporadas ao currículo escolar da escola primária como uma forma de “higienizar” o cérebro das crianças e como um complemento das lições de coisas, parecem ter sido incorporadas a cultura escolar dos primeiros grupos escolares catarinenses nas décadas de 1910 a 1930 . Seja na forma de passeios ou de viagens mais longas, as excursões eram entendidas como lições de coisas fora da escola, ao ar livre, em meio à realidade viva, para a qual, segundo os postulados do método de ensino intuitivo, as crianças deveriam ser preparadas. Se a escola não dispunha dos objetos necessários para o conhecimento do mundo à sua volta, era preciso abrir-se, alargar os seus domínios, colocando a criança em meio à torrente da vida.

Outrossim, constatou-se que a prática da memorização e da repetição, mesmo tendo sido veementemente proibida no primeiro regimento interno dos grupos escolares catarinenses, pelo fato de ser considerada uma capacidade intelectual menor pelos partidários do método intuitivo, não desapareceu, muito pelo contrário, continuou fazendo parte da cultura escolar primária, muito especialmente no que se refere à declamação poética de cunho cívico-patriótico, super dimensionadas no período da Primeira República brasileira e, sobretudo, na prática da leitura expressiva, bastante presente na lembrança de seus ex-alunos/as, como Ademir Américo Madeira (2005,p9), ex-aluno do Grupo Escolar Lauro Muller que, aos 86 anos de idade, recorda com exatidão a primeira lição de seu primeiro livro de leitura, de autoria de Henrique Fontes.

Com efeito, o processo de consolidação de uma nova cultura escolar nos grupos escolares no início do século XX certamente implicou no somatório de múltiplas práticas, apropriadas e/ou reinventadas a partir das prescrições legais. Perscrutar as razões da incorporação ou não de determinados saberes e práticas prescritos na cultura escolar dos primeiros grupos escolares implantados em Florianópolis - próxima etapa de nossa investigação – certamente contribuirá para lançar luzes à discussão ainda embrionária acerca da cultura escolar primária catarinense no início do século XX e, quiçá, às discussões da área, ao nível nacional.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURAS, Gladys Mary Teive (2005). “*Uma vez normalista, sempre normalista*”. *A presença do método de ensino intuitivo ou lições de coisas na construção de um habitus pedagógico (Escola Normal Catarinense:1911-1935)*. Tese (Doutorado em Educação, Cultura e Tecnologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

BOURDIEU, Pierre (1999). *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.

GUIMARÃES, Orestes (1919). *Nacionalização do Ensino Primário:Um parecer do professor Orestes Guimarães, Inspetor Federal das Escolas Subvencionadas pela União, no Estado de Santa Catarina*. Blumenau: Typographia Carl Whale.

JULIA, Dominique (1993). *A cultura escolar como objeto histórico*. Conferência de encerramento do XV ISCHE. Lisboa. Mimeo.

MADEIRA, Ademar Américo. Entrevista concedida a Gladys Mary Teive Auras e Denise de Paulo Matias Prochnow, em 24 de março de 2005.

OLIVEIRA, Maria da Glória de. Entrevista concedida a Norberto Dallabrida, em 18 de dezembro de 2001.

OLIVEIRA, Maria dos Passos de. Entrevista concedida a Gladys Mary Teive Auras, em 10 de abril de 2004

SANTA CATARINA. Decreto nº2.186, de 21 de julho de 1928.

SANTA CATARINA. Programma dos Grupos Escolares e das escolas Isoladas do Estado de Santa Catarina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto nº796, de 2 de maio de 1914. Joinville:Typographia Boehm, 1914.

SANTA CATARINA. Regimento interno dos Grupos Escolares do Estado de Santa Catarina. Aprovado e mandado observar pelo Decreto nº795, de 2 de maio de 1914. Joinville:Typographia Boehm, 1914.

VIÑAO FRAGO, Antonio (1995). “Historia de la educación e historia cultural”. *Revista Brasileira de Educação*, vol.1,n.o, p.63-82, set/dez.